

1991 a 1996 — nomeado conselheiro para a política cultural junto do presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa;
 Novembro de 1989 — nomeado professor auxiliar convidado (destacado) do Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
 Anos lectivos de 1992-1993 e por cinco anos renováveis — contratado como professor auxiliar convidado do mesmo Departamento;
 Ano lectivo de 1996-1997 e durante cinco anos renováveis — contratado como professor auxiliar da FCSH da UNL;
 Anos lectivos de 1998 a 2003 — professor auxiliar do Departamento de Teoria e História das Ideias (Ciência Política e Relações Internacionais) da FCSH da UNL;
 Anos lectivos de 1998 a 2003 — contratado como professor auxiliar convidado pela Faculdade de Direito da UNL;
 A partir de Abril de 2003 — professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Desenvolvimento de diferentes trabalhos de campo, no terreno, nas Filipinas (1979-1982), em Cabo Verde (2000), em São Tomé e Príncipe (2001) e em Angola (2002 e 2003).

O nomeado é autor de cerca de 50 publicações na área das relações internacionais, ciência política, direitos africanos e antropologia jurídica e política. É membro de uma quinzena de associações e sociedades científicas nacionais e internacionais. Participou em cerca de centena e meia de conferências e colóquios, em Portugal e no estrangeiro, nas várias disciplinas em que tem trabalhado.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 332/2005. — O Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais é o serviço de concepção, coordenação e apoio técnico no âmbito das relações internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O licenciado Adelino Alberto Sá Bento Coelho, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possui a competência técnica, a aptidão, a experiência profissional e a formação adequadas ao exercício das funções para que é nomeado.

Sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado director do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais o licenciado Adelino Alberto Sá Bento Coelho.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

3 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Adelino Alberto Sá Bento Coelho nasceu em 26 de Maio de 1950 e licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1973. Em Novembro de 1973 ingressou no quadro do Secretariado Nacional de Emigração, o qual deu origem após Abril de 1974 à Secretaria de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros. Foi nomeado técnico superior de 2.ª classe em Outubro de 1974. Em Novembro de 1984, detendo a categoria de técnico superior principal, foi nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas e em Fevereiro de 1985 director de serviços de Informação Especializada e Acordos de Emigração. Em Agosto de 1989 foi nomeado, em comissão de serviço, vice-presidente do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, cargo que exerceu até Março de 1992. Ao longo destes anos participou nas negociações dos acordos de migrações com a França, a Alemanha, o Luxemburgo, a Bélgica e a Suíça, tendo participado em diversas reuniões de comissão mista previstas nestes acordos. Foi membro de diversos comités do Conselho da Europa e da OCDE conexos com as questões inerentes às migrações. Fez parte da delegação portuguesa que negociou a Adesão de Portugal à CEE (*dossier* «Livre circulação de trabalhadores»),

tendo participado ainda no exercício do direito derivado. Durante o ano 1993 foi técnico da Direcção de Serviços de Relações Internacionais do BPA. Em Junho de 1994, foi nomeado, em comissão de serviço, director de serviços do Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério para a Qualificação e o Emprego, cargo que exerceu até 1997. Em Abril de 1997, foi nomeado, em comissão de serviço, director do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Em 8 de Julho de 1998, foi nomeado, em comissão de serviço, subdirector-geral do Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Em 1998, foi o representante do Ministério da Solidariedade e Segurança Social na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários.

De 1998 até Junho de 2000, foi, no âmbito da Comissão da União Europeia, membro suplente do *comité* técnico para a livre circulação de trabalhadores e membro efectivo do *comité* consultivo para a livre circulação de trabalhadores, tendo participado em inúmeras reuniões. Em 21 de Fevereiro de 2000, foi nomeado representante suplente do Ministério do Trabalho e da Solidariedade na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários. No âmbito da presidência portuguesa, participou em diversos seminários e reuniões internacionais, tendo organizado a conferência sobre «A protecção social como factor produtivo». Em 15 de Junho de 2000, é nomeado secretário-geral-adjunto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em 1 de Setembro de 2001, é nomeado chefe de gabinete da Secretaria de Estado para a Igualdade. Em Abril de 2002, retomou o cargo de secretário-geral-adjunto do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, lugar que ainda detém. É assessor principal do quadro geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde 30 de Março de 1992.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 333/2005. — Tornando-se necessário assegurar a recomposição interna da comissão instaladora da Direcção-Geral de Formação Vocacional, de modo a permitir o funcionamento deste serviço central do Ministério da Educação até ao termo do período de instalação em que se encontra, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro;

Considerando que a sólida experiência profissional e o importante conhecimento das realidades específicas do Ministério da Educação evidenciados pela licenciada Maria Alexandra Santos de Figueiredo, como resulta do currículo anexo, permitem concluir pela sua elevada adequação às funções em que é investida:

Assim, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, dos artigos 2.º, n.º 3, e 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, e ainda dos artigos 18.º, 19.º e 37.º, n.º 3, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada para exercer, em comissão de serviço, as funções de presidente da comissão instaladora da Direcção-Geral de Formação Vocacional a licenciada Maria Alexandra Santos de Figueiredo, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro único de pessoal dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 3 de Maio de 2005.

27 de Abril de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Nota curricular

Maria Alexandra Santos de Figueiredo, nascida em 22 de Dezembro de 1966.

Habilitações académicas:

Pós-graduação em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) — 16 valores;

Licenciatura em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — 14 valores.

Experiência profissional:

Março-Maio de 2005 — assessora do Gabinete do Secretário de Estado da Educação;

Julho de 2004-Março de 2005 — técnica superior principal da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular;

Junho de 2002-Julho de 2004 — assessora do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação;

Abril-10 de Junho de 2002 — assessora da direcção do Departamento do Ensino Secundário;
 Julho de 2001-Abril de 2002 — adjunta do Secretário de Estado da Administração Educativa;
 Março-Julho de 2001 — assessora do Gabinete da Secretária de Estado da Educação;
 Setembro de 1997-Fevereiro de 2001 — coordenadora da assessoria de orientação e aproximação à vida activa do Departamento do Ensino Secundário e do Centro Nacional de Recursos para a Orientação, integrado na rede europeia de centros de recursos para a orientação;
 Dezembro de 1996-Agosto de 1997 — assessora técnica da direcção do Departamento do Ensino Secundário;
 Maio de 1993-Novembro de 1996 — técnica superior do Núcleo de Apoio Técnico do Departamento do Ensino Secundário;
 Julho de 1991-Abril de 1993 — técnica superior do Núcleo de Estudos e Avaliação do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional;
 Junho de 1990-Junho de 1991 — estagiária no programa «Educação para todos — Escolarização secundária total ano 2000».

Participação em grupos de trabalho:

Setembro de 2003-Abril de 2005 — representante do Ministério da Educação e vice-presidente da Comissão Sectorial de Ensino, no âmbito do Sistema Português de Qualidade;
 Janeiro-Abril de 2003 — representante do Ministério da Educação no grupo de trabalho encarregue da revisão do diploma legal que criou o Programa Integrado de Educação e Formação no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;
 Julho de 2002-Julho de 2004 — representante do Ministério da Educação no Conselho Geral do Instituto de Formação Turística;
 Outubro de 2000-Fevereiro de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento do Programa 15-18;
 Julho de 1997-Fevereiro de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento dos Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial;
 Março de 1997-Fevereiro de 2001 — representante do Ministério da Educação na Comissão Nacional de Aprendizagem e na Comissão Interministerial do Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa.

Publicações:

«Inserção profissional dos primeiros diplomados pelas escolas profissionais», relatório-síntese (co-autoria);
 «Escolas profissionais: inserção profissional dos diplomados em 1993», relatório final (co-autoria);
 Relatório nacional do exame temático da OCDE «Transição da formação inicial para a vida activa» (elemento da equipa redactorial);
 Coordenação da produção dos vols. III e IV da série *Profissões: Guia de Caracterização Profissional*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 11 176/2005 (2.ª série). — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo presente o disposto nos artigos 169.º, n.ºs 2 e 5, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, e 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego, com faculdade de subdelegação, nos directores dos serviços das Direcções Regionais de Viação do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, respectivamente licenciados José Maurício Carneiro Travassos, Fernando Manuel Almeida Coragem, Luís Ferreira Teixeira, Emílio Agostinho Vasconcelos e Fernando Manuel dos Prazeres Mateus, as seguintes competências:

- Intruir os processos de contra-ordenação por infracções ao Código da Estrada e legislação complementar;
- Proferir decisões, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, bem como condenação em custas, nos processos de contra-ordenação cuja decisão caiba ao director-geral de Viação, de acordo com as orientações gerais produzidas;

- Promover a execução das sanções aplicadas;
- Executar os deveres previstos no artigo 141.º do Código da Estrada.

2 — Delego ainda nos dirigentes acima indicados, para as matérias respeitantes às actividades que superintendem, a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos, salvo nos seguintes casos:

- Quando dirigido a órgãos de soberania e aos dirigentes máximos dos organismos;
- Quando dirigidos a gabinetes de departamentos ministeriais e directores-gerais ou equiparados;
- Quando envolva compromissos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — Os directores de serviços podem subdelegar nos chefes de divisão de Contra-Ordenações, nos delegados de viação e nos coordenadores dos núcleos técnicos de contra-ordenações as competências ora delegadas, sem possibilidade de nova subdelegação.

4 — Ratifico os actos praticados desde 26 de Março de 2005 no âmbito das competências ora delegadas.

29 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 11 177/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Março de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Emília do Nascimento Gonçalves Lourenço, Adélia Maria da Conceição Tavares Pinto Valério e Elsa Cristina Neves Monteiro, especialistas-adjuntas estagiárias, a exercerem funções na Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo — rescindidos, a seu pedido, os contratos de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho n.º 11 178/2005 (2.ª série). — 1 — Autorizado por despacho de 11 de Novembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), foi iniciado o procedimento para a selecção de candidato para o provimento do cargo de director de serviços de Administração, publicitado na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã* em 15 de Dezembro de 2004.

2 — Apreciado o *curriculum vitae* da única candidata, conforme nota que se publica em anexo, ficou conformada a ideia de que reúne os requisitos legais e o perfil profissional ajustados ao lugar a prover, em consonância com as atribuições e objectivos da referida unidade orgânica.

3 — Assim, nos termos do artigo 21.º, n.ºs 3, 4 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto, assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento do Ministério da Defesa Nacional, no cargo de director de serviços de Administração do IPAD.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

ANEXO

Nota relativa aos currículos académico e profissional da licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto

Currículo académico:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, nas especializações de Gestão de Recursos Humanos (1990) e Planeamento e Controlo de Gestão (1991), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
 Licenciatura em Direito (1996), pela Universidade Internacional.

Currículo profissional:

Directora de serviços de Administração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em regime de substituição,